

Boletim

# CRIPAR

SETEMBRO 2021



**APEOESP**

SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Filiado à **CNE** e **CUT**



[www.apoesp.org.br](http://www.apoesp.org.br)

# AGENDA

## APEOESP

---

**25/setembro** Reunião virtual do CER

**02/outubro** Dia Nacional de Mobilização Fora Bolsonaro! Impeachment Já! Por emprego e renda, contra a carestia.

## CNTE

---

**02/setembro** Dia Nacional de Mobilização Fora Bolsonaro! Impeachment Já! Por emprego e renda, contra a carestia.

## CUT

---

**02/outubro** Dia Nacional de Mobilização Fora Bolsonaro! Impeachment Já! Por emprego e renda, contra a carestia.

# I - CONJUNTURA

A declaração de Jair Bolsonaro de que o “excesso de professores atrapalha” resume a tragédia brasileira iniciada no golpe de 2016.

Já tivemos péssimos governantes, mas Bolsonaro ultrapassou todos os limites. É um presidente genocida que faz da ignorância e da injustiça seu programa de governo e da violência seu método de trabalho.

Nem mesmo a ditadura militar ousou colocar a educação em um patamar tão baixo. Desde o primeiro dia de seu governo o presidente genocida leva ao pé da letra e executa com precisão a sua diretiva de governo, pronunciada no início do mandato: “temos que desconstruir muita coisa”. Trata-se, de fato, de um governo de destruição nacional.

## A política de Bolsonaro mata

O quadro nacional é grave: a inflação caminha para dois dígitos, a carestia pune os assalariados, a miséria flagela a população desempregada, que já nem mesmo consegue sobreviver na economia informal (rebatizada cruelmente de “empreendedorismo” pelos ultraliberais). Como se não bastasse, a avalanche destruidora de Bolsonaro avança para retirar os poucos direitos que restaram.

A insensibilidade e a irresponsabilidade do genocida produziram até o momento quase 600 mil mortes pela Covid-19 no Brasil. Os especialistas afirmam que a aquisição de vacinas no momento adequado e outras providências poderiam ter evitado a metade dessas mortes. Quantas mais poderiam ter sido evitadas se o governo federal tivesse adotado uma postura de efetivo combate à pandemia e não o contrário, incentivando na população o descumprimento das medidas sanitárias, o não uso de máscaras e atitudes de risco frente ao vírus?

## Acuado e perigoso

Jair Bolsonaro está isolado, mas ainda possui um considerável apoio em setores da população

extremistas como ele. Seu foco é a reeleição, porque sabe que corre risco real de ser processado e preso ao deixar a Presidência, bem como seus filhos e assessores diretos, tal o volume de crimes que vêm à tona todos os dias. Um dos processos já em andamento é o da Corte Internacional de Haia. Outros tantos poderão derivar das conclusões da CPI da Covid, cujos depoimentos e provas documentais mostram ao país e ao mundo corrupção e desprezo do atual governo pela vida e pelos direitos mais essenciais da população.

No entanto, Bolsonaro não se detém. No Congresso Nacional continuam tramitando diversos projetos que visam desmontar e privatizar o Estado, sucatear os serviços públicos, eliminar direitos fundamentais dos servidores e facilitar o apoderamento da máquina político-administrativa por interesses partidários e privados e destruir as conquistas sociais e trabalhistas acumuladas pela sociedade brasileira desde a década de 1930.

## Em busca da terceira via

Para continuar a trajetória iniciada em 2016, com Bolsonaro ou sem ele, a elite econômica brasileira fará o que for necessário para garantir a continuidade do projeto de desmonte do Estado, da retirada dos direitos sociais e entrega das riquezas do país ao grande capital.

Pela mão de Michel Temer, golpista que foi peça fundamental na retirada da presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República, essa elite do atraso “salvou” Bolsonaro de tentar uma aventura a partir dos fracassados atos da direita em 7 de setembro. O recuo tático, ao que tudo indica envolvendo políticos, magnatas do chamado setor produtivo e da mídia, assim como altos escalões do judiciário, se deu em troca da desaceleração dos processos contra seus filhos, envolvidos em diferentes delitos.

O perigo de outra aventura bolsonarista não está descartado. Por isso essa mesma elite busca desesperadamente uma “terceira via”, para

poder descartar Bolsonaro (prometendo-lhe uma espécie de anistia prévia) ou também enfrentá-lo simultaneamente, ao mesmo tempo que tentam obstruir uma candidatura que possa representar interesses populares. A candidatura de Lula representa um sério risco para os projetos das elites deste país e internacionais. Não é tarefa fácil. Vários nomes desistiram, tal a força eleitoral que Lula vem demonstrando. Há uma possibilidade, na falta de outra melhor: Ciro Gomes. Os esvaziados atos da "terceira via" em 12 de setembro, convocados pelo MBL e outros setores, parecem indicar isto.

## Nas ruas novamente no dia 2 de outubro

Na Câmara dos Deputados, o presidente Arthur Lira dá prosseguimento à tarefa de seu antecessor,

impedindo o prosseguimento de mais de uma centena de pedidos de impeachment. No Superior Tribunal Eleitoral, apesar das ameaças, não progridem processos contra a dupla Bolsonaro/Mourão. Somente as ruas podem acelerar o processo de desgaste e derrota deste governo. Por isso, estaremos presentes novamente, com todas as nossas forças, nas manifestações convocadas para o dia 2 de outubro.

A APEOESP já foi à justiça para garantir a realização dos atos do Grito dos Excluídos/ Fora Bolsonaro no dia 7 de setembro. Nossa vitória foi contra João Doria e o PSDB, que queriam impedir sua realização, o que confirma o alinhamento político-ideológico da direita contra os movimentos sociais e a esquerda. Disputas eleitorais à parte, os alvos estão bem demarcados e se confirmam nas medidas concretas que BolsoDoria executa.

# APEOESP E O CENTENÁRIO PAULO FREIRE

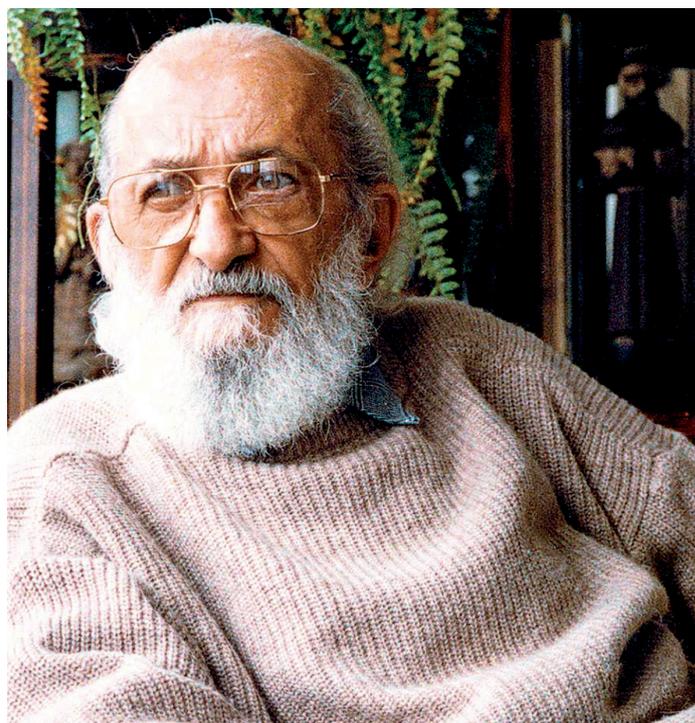
O dia 19 de setembro de 2021 culminou toda uma programação comemorativa dos 100 anos de nascimento do professor Paulo Freire, reconhecido nacional e internacionalmente pela sua importante contribuição para o pensar e o fazer educativo no processo de construção de uma escola e de uma sociedade mais justa e democrática.

Pela sua influência na construção de uma educação transformadora e inclusiva Paulo Freire tem sido objeto de inúmeros ataques de setores conservadores através de mentiras. Os ataques têm sido tão virulentos que a Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou liminarmente que a União "abstenha-se de praticar qualquer ato institucional atentatório à dignidade do Professor Paulo Freire na condição de Patrono da Educação Brasileira".

No dia 17 de setembro o gabinete da deputada estadual professora Bebel, presidenta da APEOESP, promoveu na Assembleia Legislativa uma Sessão Solene em homenagem aos 100 anos de Paulo Freire, a qual contou com a participação de

diversas entidades educacionais e sindicais e movimentos sociais.

Reafirmar Paulo Freire e sua contribuição para a educação é reafirmar os princípios por uma educação e uma sociedade mais justa, democrática e solidária.



## II - CAMPANHAS

# PELA RETIRADA IMEDIATA DO PLC 26!

O envio do PLC 26 à Assembleia Legislativa mostra mais uma vez a natureza do governo BolsoDoria, contendo ataques inaceitáveis aos direitos dos servidores e aos serviços públicos, como detalhamos mais adiante.

Nossas denúncias e mobilização, que se iniciaram assim que o projeto foi encaminhado, levou Doria a encaminhar um aditivo, recuando em alguns pontos. Porém esses recuos não bastam, inclusive porque foram feitos também para tentar dividir nossa categoria e o funcionalismo. Não vamos recuar! Queremos a imediata retirada desse PLC, o atendimento de nossas reivindicações, a instalação de uma mesa permanente de negociação pela valorização dos servidores públicos.

### Mobilização unificada

Para tanto, realizamos uma reunião unificada das entidades dos servidores públicos no dia 16/9, que aprovou o ato unitário na Alesp no dia 21/9, assim como a constituição de um GT de comunicação, que produzirá materiais para mídia, redes sociais, cartazes, panfletos e todos os demais materiais necessários para a campanha contra o PLC 26.

Novos atos serão realizados durante a tramitação do PLC na Alesp e um acampamento, com rodízio das entidades e das subseções da APEOESP quando for o momento adequado. Também devem ser realizados atos e atividades regionais. As subseções da APEOESP devem tomar a iniciativa de reunir as entidades e movimentos. Carros de som com esclarecimentos à população devem circular e o material anteriormente distribuído pela APEOESP deve ser divulgado, além dos novos que serão produzidos.

Um documento unificado dirigido aos

deputados estaduais foi confeccionado e deve ser levado a eles nas regiões onde residem ou realizam seu trabalho político e na própria Alesp para que assinem, comprometendo-se com a rejeição ao PLC 26.

### Assembleia será definida pelo CER

Conforme decisão da Diretoria Estadual Colegiada, o Conselho Estadual de Representantes (CER) decidirá a data da nossa assembleia, que em princípio deverá ser realizada no mesmo dia em que houver ato unificado do funcionalismo. Na pauta, além do PLC 26, estará a luta pelo descongelamento salarial, em defesa da nossa carreira, por atribuição justa e transparente, contra os projetos excludentes da SEDUC, por concursos públicos e em defesa dos direitos dos professores temporários e demais reivindicações.

**ATO PÚBLICO UNIFICADO**  
**CONTRA MAIS UM ATAQUE AOS SERVIDORES E SERVIDORAS PÚBLICOS**  
**Pela retirada do PLC 26**  
**21/9 TERÇA-FEIRA 15 HORAS**  
**ALESP - Rua Abílio Soares próximo à Avenida Pedro Álvares Cabral**

www.apoesp.org.br

# VEJA OS PRINCIPAIS PONTOS DO PLC 26 E DO ADITIVO:

## Flexibilização da remuneração: Bonificação por Resultado (BR)

O PLC 26 define que as metas para avaliação dos resultados para a bonificação serão definidas por “comissão intersecretarial”, a ser constituída por decreto, integrada apenas por secretários de Estado. Ou seja, as metas a serem alcançadas serão definidas de cima para baixo, sem participação dos servidores e de suas entidades.

Estabelece a possibilidade de pagamento mensal da BR. Assim, poderá haver a flexibilização da remuneração, parte dela constituída pela BR, que muitos poderão não receber.

Estabelece o não pagamento da BR nos casos de afastamentos dos servidores por licença de saúde.

Por meio das avaliações de cumprimento de metas vinculadas à BR, o PLC 26 pode estar introduzindo no serviço público uma brecha para futura perda de cargo por servidores concursados, algo que a PEC 32 de Bolsonaro prevê, por meio da avaliação periódica de desempenho, a ser regulamentada em lei ordinária.

Atualmente, a Constituição determina que esse tipo de avaliação seja regulamentada em lei complementar, que tem tramitação mais longa e precisa de quórum e número de votos maior.

## Contratação por tempo determinado (Lei Complementar 1093/2009)

O PLC 26 prevê a possibilidade de contratação de temporários no caso de “greves longas” ou julgadas ilegais pelo poder judiciário. Trata-se de mais uma tentativa de dificultar o exercício constitucional do

direito de greve, além de abrir ampla margem de insegurança jurídica e arbitrariedade administrativa sobre o que se considera uma greve que “perdure por prazo não razoável”.

Essa possibilidade também está prevista na PEC 32 de Bolsonaro.

Os servidores temporários também poderão ser enquadrados em processos de avaliação de desempenho.

A contratação temporária só será permitida para carga horária mínima de 24 horas semanais. A critério da administração, poderá ocorrer a contratação de docente temporário com carga horária inferior a essa.

O aditivo revogou o dispositivo do PLC 26 que previa que os servidores temporários teriam seus vencimentos limitados a 90% da remuneração do titular do cargo.

Além disso, o aditivo prevê que os contratos dos professores temporários, categoria O, que vencem em dezembro deste ano sejam prorrogados até final de 2022. Essa é uma medida justa e necessária, pela qual a APEOESP vem lutando, porém sua inclusão no PLC 26 não pode nos levar a apoiar as medidas que prejudicam nossa categoria e o conjunto do funcionalismo público.

## Abono de Permanência

O PLC 26 reforça que o valor da contribuição previdenciária será o teto para o valor do abono de permanência, como aliás já está inscrito na Lei Complementar 1354.

Porém o Abono de Permanência poderá ser menor do que esse teto, e não será pago para cargos que possam ser extintos, para os cargos e carreiras onde não exista a necessidade de que se mantenham servidores que poderiam se aposentar, além de instituir uma tabela regressiva para o valor do abono segundo um critério não explicitado de necessidade de permanência:

- ➔ 25% deste valor para os cargos onde seja baixa essa necessidade; 50% para os cargos onde seja intermediária essa necessidade; 75% onde a necessidade seja elevada; e 100% onde a necessidade seja máxima

## Jornada de trabalho, adicionais e risco de demissão

**Sistema de compensação de horas** - dá preferência à compensação de horas ao invés do pagamento de serviço extraordinário, quando o servidor trabalha além de sua jornada normal.

**Faltas abonadas** – extingue esse direito.

**Inassiduidade** - diminui de 30 para 15 dias o número de dias necessários para que o servidor incorra em inassiduidade, **o que pode levar à sua demissão**, no caso de não retornar ao trabalho após o término de licença-saúde ou se esta tiver sido indeferida, valendo o mesmo para o caso de servidor desincorporado do serviço militar. No caso dos professores da categoria F, a inassiduidade passa a ser caracterizada da mesma

forma que é para os efetivos, alterando a Lei 500/74.

**Licença-prêmio** – adequa suas disposições ao fim das faltas abonadas e reduz o número máximo de faltas para que o servidor perca o direito de gozá-la, das atuais 30 faltas para 25.

**Adicional de insalubridade** - prevê a revogação do parágrafo único do artigo 3º da LC nº 432/1985, que prevê o reajuste anual do adicional de insalubridade, com base no IPC-Fipe. Também revoga a possibilidade de pagamento dessa vantagem nos afastamentos em virtude de licença-prêmio e falta abonada.

**Inspeções médicas** – o PLC 26 faculta que o Estado possa credenciar rede de saúde privada para fazer as inspeções médicas de que necessitam os servidores ou candidatos à admissão. Também passa a exigir inspeções médicas mesmo para licenças de curta duração.

O aditivo encaminhado pelo governo também retira o prazo de cinco anos para que professoras ou professores que tenham se retirado do Programa de Ensino Integral (PEI) possam voltar ao programa. Além disso, insere uma série de alterações na carreira dos funcionários de escolas.

# PROSSEGUIMOS LUTANDO PELA VIDA

Enquanto Rossieli impõe a volta às aulas presenciais, continuam ocorrendo casos de infecção pelo novo coronavírus nas escolas. Levantamento parcial da APEOESP indica novos casos todos os dias e a imprensa noticia que pelo menos 2 mil estudantes já foram infectados desde o retorno, em agosto.

As subseções devem prosseguir fiscalizando as escolas, pois sabemos que protocolos não são

respeitados, não há material de proteção suficiente e que a limpeza não é executada com a frequência necessária, por falta de funcionários.

Todos os casos devem ser levados às Diretorias de Ensino exigindo providências e até mesmo a suspensão das aulas. O Ministério Público deve ser acionado conforme o caso e também providências jurídicas devem ser tomadas, se necessário.



# PELO DESCONGELAMENTO DOS NOSSOS SALÁRIOS

Estamos vivendo um dos piores períodos de arrocho salarial da nossa categoria. Este governo não negocia e sequer recebe nossa entidade para dialogar. Desde 2018, quando conseguimos forçar a votação de um reajuste de 7% na Assembleia Legislativa, nossos salários estão congelados, devido à combinação das políticas de Bolsonaro e Doria, que se aproveitaram da pandemia para proibirem reajustes, concursos, contagem de tempo para progressão e evolução na carreira, quinquênios, sexta-parte e qualquer adicional.

Hoje, com o avanço da vacinação, respeitando restrições e limitações e tomando todos os cuidados necessários, já temos condições de retomar as nossas mobilizações presenciais. E precisamos fazê-lo para pressionar o governo a descongelar nossos salários. Vale lembrar que o avanço da vacinação na sociedade e a vacinação

nos trabalhadores da educação como um dos segmentos que deveriam ser priorizados teve papel fundamental da APEOESP para esse avanço.

Necessitamos de um reajuste imediato de 29,25% para que os salários-base da categoria voltem a se equiparar ao piso salarial profissional nacional. É vergonhoso que o mais rico estado da federação pague salários abaixo do piso nacional. A corrosão salarial é constante, o que tira a segurança dos professores e interfere na qualidade do ensino.

Portanto, buscaremos o apoio da comunidade escolar e da sociedade, não apenas na luta por esse reajuste salarial, mas na perspectiva do cumprimento da meta 17 do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação, ou seja, pela equiparação dos nossos salários à média salarial dos demais profissionais com formação em nível superior.

## POR UM PROJETO EDUCACIONAL PARA A JUVENTUDE. NÃO AOS PROGRAMAS EXCLUDENTES DE DORIA/ROSSIELI

A APEOESP tem um compromisso histórico com a educação pública de qualidade, inclusive, socialmente referenciada para todos e todas. Por esta razão, nunca nos calaremos nem iremos aceitar a imposição de projetos e programas excludentes como os que vem sendo realizados pelo governo Doria, sob o comando do secretário Rossieli Soares, inimigo da educação e da nossa categoria.

Lutamos por educação integral e integrada e por um ensino médio que prepare nossos jovens para o prosseguimento dos estudos, para o mundo do trabalho e para a vida.

### Prosseguir a luta para derrotar o PEI nas escolas

Conforme decisão da DEC, estamos encaminhando às subsedes o boletim que orienta a luta contra o PEI nas escolas e regiões. O governo Doria/Rossieli realiza uma grande pressão nas unidades escolares pela adesão ao Programa, cometendo ilegalidades e passando por cima de decisões de Conselhos de Escola que já o rejeitaram.

Como sabemos, o PEI exclui estudantes, trabalhadores e força aqueles que não desejam permanecer nas escolas aderentes a estudarem

em escolas distantes – levando-os, muitas vezes, a abandonarem os estudos. Além disso, o governo determina o fechamento do noturno em muitas unidades escolares. Também os professores são prejudicados, pois a contratação é “por perfil”, são sujeitos a jornadas abusivas e avaliações anuais (que podem levar a seu desligamento) e, ao não permanecerem na escola, são removidos “ex-officio” para outras escolas de forma aleatória pela Diretoria de Ensino.

Nossa luta contra esse programa excludente é total, tanto pela via jurídica, com ação civil pública e denúncias ao Ministério Público. É preciso não desistir. Não aceitamos esses ataques aos direitos dos professores e à carreira do Magistério. Por isso, devemos dialogar com toda a comunidade, acionar o departamento jurídico sempre que necessário e, mesmo nos casos onde o governo tenha imposto o PEI, verificar todas as possíveis ilegalidades para reverter o processo, assim como, ao longo do tempo, nunca perder a perspectiva de derrotar os programas eleitoreiros e excludentes deste governo e contribuir na construção de um verdadeiro projeto educacional para a juventude.

## Por um ensino médio que atenda às necessidades dos filhos e filhas da classe trabalhadora

Os jovens estudantes das escolas públicas merecem ensino de qualidade, como aquele

que os filhos das classes mais abastadas têm acesso. Merecem um ensino de qualidade do padrão, por exemplo, do que é oferecido pelos Institutos Federais (IFs). Apesar do corte de verbas promovido pelo governo Bolsonaro, os IFs têm mantido um padrão de excelência que deveria ser estendido a toda a rede pública de ensino.

Porém, as políticas do governo Doria/Rossieli vão no sentido inverso. Com o engodo dos “itinerários formativos” e “protagonismo juvenil”, rebaixam a formação básica necessária a todos os estudantes e impõem uma parte diversificada aligeirada, resultando em que os estudantes somente terão uma formação razoável em português e matemática, únicas disciplinas obrigatórias em todos os anos nesse velho “novo” ensino médio.

Trata-se, simplesmente, da reforma do ensino médio criada pelo governo golpista de Michel Temer. É preciso que tenhamos a capacidade de oferecer a máxima resistências nas escolas, nos articulando com estudantes, pais, funcionários e toda a comunidade para impedir o prosseguimento deste ataque aos direitos da nossa juventude.

Essa luta não cessa. Ela é permanente dentro dos Conselhos de Escola, na formulação do projeto político-pedagógico e em sua aplicação. Para além das formalidades, é na realidade concreta, no cotidiano do nosso trabalho e na relação com nossos estudantes e sua natural rebeldia que podemos fazer o processo educativo avançar.

**EDUCAÇÃO DE QUALIDADE É DIREITO SOCIAL**

**PEI, “NOVO” ENSINO MÉDIO, ESCOLA CÍVICO-MILITAR, EJATEC E NOVOTEC**

**DIGA NÃO A ESTES PROJETOS EXCLUDENTES, AINDA MAIS NA PANDEMIA!**

**EXIJA A REUNIÃO DO CONSELHO DE ESCOLA PARA REJEITÁ-LOS!**

**APRENDIZAGEM SE RECUPERA. VIDAS, NÃO!**

**APEOESP**

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
FILIAL DA **CNE** e **CEU**

[www.apeesp.org.br](http://www.apeesp.org.br)

# POR UMA ATRIBUIÇÃO DE AULAS JUSTA

A SEDUC publicou portaria da CGRH com o calendário e normas para inscrição ao processo de atribuição de classes e aulas de 2022. Porém, ainda não publicou a Resolução de Atribuição de Aulas, o que provoca uma série de dúvidas e inseguranças nos professores, efetivos e sobretudo temporários, quanto à garantia de seus direitos.

A APEOESP está cobrando da SEDUC a imediata publicação da Resolução de Atribuição de Aulas,

na íntegra. O CER definirá data para a realização de um encontro estadual de subsedes específico sobre esse tema, subsidiados por uma publicação sobre o assunto. No devido momento, também será organizado plantão jurídico para acompanhar o processo e orientar os professores. Neste momento, todas as dúvidas devem ser dirimidas pelo Departamento Jurídico nas subsedes e na Sede Central (veja os telefones em [www.apoesp.org.br](http://www.apoesp.org.br)).

## ENCAMINHAMENTOS

- ▶ Reposição das perdas salariais: 29,25% já!
- ▶ Garantia de condições sanitárias adequadas para que as atividades presenciais ocorram em condições de segurança;
- ▶ Mobilização da categoria para barrar o PLC 26 na Alesp;
- ▶ Organizar pressão com outros setores do funcionalismo nas regiões sobre os deputados estaduais com base eleitoral na área da subsede;
- ▶ Participar das caravanas que serão organizadas pela diretoria com outras entidades do funcionalismo para pressionar os deputados na Alesp;
- ▶ Fora Bolsonaro! Impeachment Já! Por emprego e renda, contra a carestia.